

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA



REGULAMENTO ESPECIFICO DO CAMPEONATO NACIONAL DE PESCA À CARPA

Água Doce – 2018

(Revisto em 12 de Dezembro de 2017)

ARTº 1 - OBJECTO

O presente Regulamento Especifico estabelece os princípios reguladores do Campeonato Nacional de Pesca à Carpa – Água Doce, sendo complementado pelo Regulamento Administrativo para a Competição e por um mapa regulador do campeonato, a publicar anualmente, o qual não poderá conter matéria que na sua essência altere ou contrarie as disposições do presente regulamento, consideradas para todos os efeitos como vínculo obrigatório e oficial.

ART.º 2 - CAMPEONATO

§1. Este campeonato disputa-se de acordo com os princípios da Pesca de Competição ao fundo, o qual consiste no ato piscatório praticado com cana com carreto, em que a linha se localiza no fundo, sustida por um objeto pesado (chumbada) ligado à mesma, fazendo-se a ferragem do peixe pela sensação do ataque ao isco na linha, na ponteira da cana, ou pelos diversos sinalizadores de toque.

§2. Este Campeonato disputa-se em duas provas, com a duração de setenta e duas horas cada, sendo obrigatoriamente efectuadas com dois dos dias coincidentes com fim de semana e/ou feriados.

§3. Têm direito a participar neste campeonato, os pescadores devidamente filiados, que se juntem em duplas, independentemente de pertencerem ao mesmo clube e/ou Associação Regional, ou não. Facultativamente quando da inscrição pode ser indicado um suplente. O pescador inscrito como primeiro titular, será o capitão de equipa e será o responsável da mesma perante a Federação Portuguesa de Pesca Desportiva e perante o Júri.

§4. A dupla primeira classificada deste campeonato, será declarada Campeã Nacional de Pesca à Carpa.

§5. Este campeonato é composto por um número ilimitado de duplas. Se em dois anos consecutivos se ultrapassar o número de vinte e cinco duplas, passará a denominar-se de Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca à Carpa, sendo ainda criado o Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca à Carpa. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca à Carpa, este terá um limite de vinte e uma duplas, podendo haver mais ou menos, em função do número de duplas que no ano em curso usufruam do estipulado num dos pontos §5., §6., §7., §8. ou §9., do Artigo 22º do Regulamento Administrativo. Este regime de excepção só será considerado se os dois elementos da dupla estiverem abrangidos.

§6. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca à Carpa, as doze duplas primeiras classificadas do Campeonato, conquistam o direito a participar no Campeonato do ano seguinte.

§7. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 1ª Divisão de Pesca à Carpa, as duplas classificadas em décimo terceiro e seguintes, até à última do Campeonato, descem ao Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca à Carpa, do ano seguinte.

§8. A aquisição do direito referido em §6., é da dupla, pelo que se uma dupla se separar, no ano seguinte, os pescadores que a constituíam, só se podem manter neste Campeonato, juntando-se a outro pescador de outra dupla que se tenha separado e que tenha adquirido o mesmo direito.

§9. Caso seja criado o Campeonato Nacional da 2ª Divisão de Pesca à Carpa, este será composto por um número ilimitado de duplas participantes e disputado em três provas, com a duração de quarenta e oito horas cada, sendo obrigatoriamente efectuadas com dois dos dias coincidentes com fim de semana e/ou feriados.

§10. Se a dupla pretender substituir algum dos titulares por um suplente e o mesmo não tiver sido indicado quando da inscrição inicial, a indicação desse suplente terá que ser fornecida à Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, através da respectiva Associação Regional, até cinco dias antes da realização da prova.

§11. Caso durante o Campeonato algum dos pescadores seja substituído pelo suplente, os direitos indicados nos pontos §5. e §6. serão dos dois elementos que maior número de provas tenha efectuado. Caso o número de provas efectuadas seja igual para os três elementos, o direito será adquirido pelos dois pescadores inscritos como titulares.

§12. A substituição referida no ponto §11., só poderá ser efectuada para cada prova e não durante a prova, exceto em caso de doença.

§13. A Selecção Nacional será composta de acordo com o estipulado no Regulamento de Selecções Nacionais.

ARTº 3 – DATAS E HORÁRIOS

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão as respectivas datas e horários de cada prova.

§2. Só é permitido pescar e/ou engodar na área da prova, até cinco dias antes do início de cada prova.

ARTº 4 - ESCALÃO ETÁRIO

§1. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão veteranos.

§2. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão sénior.

§3. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão de esperanças.

§4. Podem participar neste campeonato, pescadores do escalão de juniores.

ARTº 5 - COMPRIMENTO MÁXIMO DAS CANAS

§1. As canas a utilizar em provas deste campeonato, não poderão ultrapassar as dimensões máximas estipuladas pela FIPS-ed.

§2. O comprimento máximo fica estipulado em quatro metros lineares.

ARTº 6 – CARRETOS

§ÚNICO. Só são permitidos carretos de tambor fixo.

ARTº 7 - LOCAL DE PESCA

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão os locais de pesca em que decorrerá cada prova.

§2. O local de pesca terá as seguintes zonas:

- ZONA DE OCUPAÇÃO, PESQUEIRO OU BOX: Toda a área de solo atribuída a cada dupla, a qual é delimitada lateralmente por duas linhas perpendiculares ao curso de água que distarão, entre si, de dez a vinte metros, à frente pela linha de água e atrás por uma linha paralela à linha de água e a uma distância desta de doze metros. As linhas delimitadoras têm obrigatoriamente que estar marcadas. As dimensões deverão ser o mais iguais possível.

- ZONA DE PESCA: Zona hídrica, onde o pescador pode pescar e engodar e que compreende toda a área entre o prolongamento das duas linhas que delimitam lateralmente a box.

- ZONA NEUTRA: Zona com uma largura compreendida entre trinta e cem metros, situada à esquerda e à direita do limite de cada box em locais de água parada e entre setenta e cem metros, situada à esquerda e à direita do limite de cada box em locais de água corrente.

§ÚNICO. Excecionalmente a distância máxima entre boxes poderá ser alargada de forma a ser possível utilizar determinado local.

§3. Em rios, canais, ou outros locais de água corrente, o pesqueiro número um, será o situado mais a jusante. Em lagos, barragens ou outros locais de águas paradas, o pesqueiro número um, será o situado mais à esquerda, estando o indivíduo de frente para a massa de água.

§4. A box deverá ser assinalada pela colocação do número ou placa identificativa.

§5. O percurso selecionado deverá se possível, apresentar condições de pesca iguais para todos os concorrentes e deve evitar dentro do possível as interrupções das linhas eléctricas, pontes, etc. O percurso deve apresentar

condições de pesca o mais aproximadamente possível, devendo estar todos virados para a mesma “frente”. Se tal não for possível, tal não será impedimento de marcar o sector.

ARTº 8 – IDENTIFICAÇÃO

§1. Sempre que solicitado pelo Júri, é obrigatória a apresentação do cartão de filiado. Na sua ausência, o pescador poderá identificar-se com documento de identificação válido, onde conste a sua fotografia.

§2. Na primeira prova do campeonato, é obrigatória a apresentação de licença de pesca desportiva actualizada e válida para todos os locais e datas, em que se irá disputar o campeonato, emitida pela entidade competente. Se a licença apresentada não for válida para todos os locais e datas em que se irá disputar o campeonato, o pescador fica obrigado a apresentar licença válida para cada local, em cada uma das restantes provas do campeonato.

§3. Pescador que não apresente licença de pesca desportiva nos termos referidos no ponto §2., terá obrigatoriamente que enviar cópia legível para a sede da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, no prazo máximo de 2 dias úteis, via fax, email ou correio registado.

ARTº 9 – ESPECIES PONTUÁVEIS

§ÚNICO. São válidas somente todas as espécies de Carpas, com peso mínimo estipulado para cada prova e local no mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1.

ARTº 10 – SORTEIO DE SECTORES E PESQUEIROS

§1. De acordo com o número de inscritos para disputar o Campeonato Nacional, será apurado o número de sectores que são necessários.

§2. As duplas serão distribuídas por sorteio efectuado pelo Júri, em sectores homogéneos com um limite máximo de nove pesqueiros e um mínimo de 5 (excepto se o número de inscritos for menor que cinco). Haverá arranjo numérico de sectores sempre que se verifiquem faltas confirmadas, e anulação de sector(es) caso o número de faltas o justifique. Se houver necessidade de anular algum sector, os que restarem, poderão ter um número de pescadores superior ao que tenha havido em provas anteriores.

§3. Só entram no sorteio:

- a) As duplas que tenham procedido à assinatura da folha de presença, até à hora de início do sorteio;
- b) As duplas que até à hora de início do sorteio, tenham contactado o Júri, informando que por motivo imprevisto de força maior, ainda estão em trânsito.

§4. O sorteio deverá ser condicionado, de modo a não permitir que durante o campeonato, uma dupla fique colocada mais do que uma vez num dos pesqueiros de uma extremidade ou seguinte (ponta e sub-ponta), sem que primeiro todos os pescadores usufruam dessa condição (ficarem colocados em ponta ou sub-ponta). Quando todos os pescadores já tenham usufruído da situação acima, inicia-se nova ronda, sendo que quem na ronda anterior usufruiu de um pesqueiro de extremidade (ponta) nesta segunda só poderá usufruir de um pesqueiro a seguir à extremidade (sub-ponta) e vice versa. Se houver necessidade de uma terceira ronda, volta a aplicar-se o previsto para a primeira ronda e assim sucessivamente. Entende-se por extremidade, sempre que à esquerda ou à direita de um pesqueiro ocupado, não esteja outro na mesma situação, a uma distância inferior a cem metros, exceto o previsto no ARTº 7 §2.

§5. Os sectores poderão ser distribuídos por locais distintos.

§6. O sorteio poderá ser efectuado através de programa informático, o qual tem obrigatoriamente que respeitar todas as condicionantes acima indicadas.

ARTº 11 - NORMAS A OBSERVAR NUM PESQUEIRO

§1. O concorrente pode posicionar-se onde quiser dentro da box.

§2. As duplas podem mover-se livremente dentro da sua box, mas de uma forma discreta e silenciosa. As duplas não podem entrar na zona neutra.

§4. É expressamente proibida a permanência de “ajudas” ou outras pessoas, dentro da box, cabendo aos pescadores também zelar pelo cumprimento desta directriz.

§5. É proibida a permanência de veículos junto às boxes após o início da prova.

ARTº 12 – ISCOS E ENGODOS

§1. A composição dos iscos e engodos deve ser de origem natural. É proibida a utilização de produtos de origem metálica, bem como de terras, argilas, bentonite, ovas de peixe e sementes que não estejam devidamente cozidas.

§2. Os iscos e engodos permitidos são: grãos de origem vegetal devidamente cozidos, isco em bola (boillies), granulados (pellets), farinhas (bolas de engodo), mas cujo tamanho não poderá exceder as dimensões de uma esfera de 70 mm de diâmetro e imitações artificiais dos atrás descritos.

§3. É vedado aos pescadores, utilizar iscos ou engodos proibidos por lei.

§4. Os iscos apenas poderão ser elevados do fundo por eles próprios (iscos flutuantes)

§5. Terminada a prova, é vedado aos pescadores deitar para dentro de água os iscos e engodos sobrantes. Devem assim transportá-los de volta e dar-lhes o destino que entendam por conveniente.

ARTº 13 - LIMITAÇÃO DE ISCOS E ENGODOS

§1. Anualmente será publicado um mapa regulador do Campeonato indicado no ARTº 1, onde constarão os limites de iscos e engodos a usar por cada dupla em cada prova, tendo em vista a época, locais e cursos de água. Esses limites não deverão exceder os limites estipulados pela FIPS, ed.

§2. Cabe ao Júri o controle de iscos e engodos. É recomendável que todas as duplas sejam controladas, no entanto o Júri pode decidir controlar parcialmente as duplas, por sorteio.

§3. Se o Júri optar por fiscalizar parcialmente os participantes, a escolha das duplas a controlar, será feita por sorteio efectuado por um ou mais elementos do Júri, junto de um dos pescadores das extremidades da zona.

§4. O Júri pode inspeccionar todo o equipamento da dupla, que se encontre dentro do pesqueiro, no sentido de procurar eventuais iscos e engodos não apresentados a controlo. De modo a não ferir susceptibilidades, para este tipo de controlo, deve ser preferencialmente adoptado um critério uniforme, ou são todos controlados, ou as duplas são controladas por sorteio.

§5. O período de controlo de iscos e engodos, decorrerá entre os 60 e os 15 minutos que antecedem o início do período de engodagem.

§6. Os engodos deverão ser medidos em quilogramas.

§7. Dupla que viole os limites indicados no ponto §1., além da respectiva penalização, verá os iscos e/ou engodos que violem esses limites, reduzidos aos mesmos pelo Júri.

§8. Antes do sinal de entrada nos pesqueiros ser emitido, os iscos e engodos podem ser manipulados pela dupla ou por uma outra pessoa, fora do pesqueiro. Após este sinal e antes do início do controlo de iscos e engodos ser efectuado, estes podem ser manipulados pela dupla dentro do pesqueiro ou por outra pessoa fora do pesqueiro. Após o início do controlo de iscos e engodos, estes só podem ser manipulados pela dupla dentro do pesqueiro

§9. Após o controlo ter início, é proibida a entrada de qualquer isco ou engodo adicionais para dentro do pesqueiro. Eventuais excepções, por motivos devidamente justificados, são da exclusiva competência do Júri da prova.

ARTº 14 - CONTROLADORES

§1. A presença de controladores é desejável mas não obrigatória. Pela extensão temporal da prova, é admissível que sejam organizados por turnos.

§2. Sempre que existam controladores, estes devem posicionar-se à retaguarda esquerda ou direita dos pescadores, de modo a poderem vigiar a sua acção, sem no entanto incomodar os pescadores.

§3. Sempre que existam controladores e a dupla efectuar uma captura não válida, o controlador dará indicação ao pescador nesse sentido.

§4. Depois de cada captura, o controlador deve registá-la na ficha de controlo de quantidade de exemplares capturados.

§5. Os controladores deverão conhecer os regulamentos aplicáveis de modo a auxiliarem o Júri.

ARTº 15 - ACTUAÇÃO DOS PESCADORES EM COMPETIÇÃO

§1. A atuação de um pescador em competição, rege-se pelo estreito cumprimento das normas da pesca de competição sob a égide da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, constantes neste regulamento, no regulamento administrativo, no mapa regulador indicado no ARTº 1 e noutros aplicáveis.

§2. Os pescadores devem prestar a máxima atenção às instruções que lhe são transmitidas, antes de entrega dos documentos, nomeadamente quanto a horários e outras indicações.

§3. É proibido qualquer tipo de ajuda que ultrapasse o transporte de material até à entrada do pesqueiro. Excluem-se desta proibição as seguintes situações:

- a) Caso de emergência, acidente e/ou doença súbita;
- b) Fornecimento de géneros alimentícios e líquidos para consumo próprio da dupla;
- c) No fornecimento de um elemento de cana fracturada. O elemento de cana de substituição só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efectuado pelos dois pescadores colocados mais perto do pescador visado;
- d) No fornecimento de cana, somente no caso de ter quebrado cana idêntica em acção de pesca ou acidente. A cana de substituição, cujo comprimento máximo não poderá exceder o comprimento da anterior, só poderá entrar no pesqueiro sob controlo do Júri, ou na ausência deste por perto, tal controlo deverá ser efectuado pelas duas duplas colocadas mais perto da dupla visada.

§4. O período de preparação do material deve ser de cento e cinquenta minutos.

§5. Cada prova terá as duplas divididas por sectores uniformes e terá a duração de setenta e duas horas.

§6. Em cada prova haverá seis toques, sendo que deverão ter uma duração breve e o seu início marca a sua efectividade:

- 1º 210 minutos antes do início da prova, que dá início à concentração;
- 2º 195 minutos antes do início da prova que dá início ao sorteio;
- 3º 150 minutos antes do início da prova, que permite a entrada dos pescadores e respectivo equipamento nos pesqueiros;
- 4º À hora de início, que permite o início da acção de pesca e de engodagem;
- 5º 30 minutos antes do fim da prova, que indica que faltam 30 minutos para terminar a prova;
- 6º À hora do fim da prova, que indica que terminou o período de acção de pesca.

§7. Antes do toque de entrada para os pesqueiros, é interdito à dupla começar a preparar o seu equipamento (montar suportes, baterias das canas, canas, etc).

§8. Após o toque de entrada nos pesqueiros, a dupla pode entrar com o equipamento para dentro do mesmo e começar a prepará-lo, sondar a profundidade da água, etc.

§9. Antes do início do período de controlo de iscos e engodos, pode ser fornecido à dupla qualquer equipamento para dentro do pesqueiro. Após o início deste controlo, o único equipamento que pode ser fornecidos à dupla para dentro do pesqueiro, é o indicado nas alíneas c) e d) do §3..

§10. Os métodos de engodagem permitidos são: à mão, físgas manuais, conchas ou colher manuais, pá, catapulta manobrada manualmente, propulsão a elásticos ou molas de recuperação, tubos, sacos solúveis, redes solúveis, fio solúvel e “bait rocket” ou “Spomb” cuja dimensão não exceda 70 mm de diâmetro interior e 200mm de comprimento.

§11. A utilização de cana para projectar o “bait rocket” não impede que o pescador tenha duas canas em acção de pesca.

§12. É interdita a utilização de catapulta e de “bait rocket”, bem como a efectivação de engodagens pesadas, entre uma hora antes do por do sol de um dia e as 09.00 horas do dia seguinte. Nesse período horário só é permitido engodar utilizando o stick para boilies e a fisga de mão.

§13. As duplas podem ter várias canas montadas, mas somente até duas canas em acção de pesca em simultâneo, por cada pescador da dupla.

§14. As restantes canas montadas terão que permanecer no interior da box, na posição vertical e fora dos suportes que sustentam as canas em acção de pesca.

§15. Os limites da zona de pesca, no decorrer da prova, poderão ser demarcados por um ou dois sinalizadores (reperes / bóias), mas cujas canas terão que estar colocadas fora das baterias das canas em acção de pesca e devidamente assinaladas. Tais sinalizadores terão que ser retirados após o fim da competição.

§16. Os sinalizadores da zona de pesca (reperes / bóias), podem ser iluminados através de luzes tipo “starlight”.

§17. Qualquer dos elementos da dupla poderá ausentar-se ou abandonar o pesqueiro durante o tempo que desejar, ficando o outro elemento obrigado a permanecer na box enquanto durar a ausência do primeiro. Durante o período de ausência de um dos elementos da dupla da sua box, só poderão estar em acção de pesca duas canas (máximo permitido por lei para cada pescador). A título excepcional, sempre que um pescador tenha que se ausentar da box para ir proceder a um acto de pesagem ou ir actuar na sua condição de Júri, é autorizado que as suas duas canas (quatro no total da dupla) continuem em acção de pesca.

§18. Não são permitidos tipos de pesca como o “method feeder”, “swing feeder”, “swing-tip”, “quiver-tip” ou com engodadores tipo mola.

§19. Após o início do 6º sinal, não é válido ferrar mais nenhum peixe. Se o peixe já estiver ferrado (pescador com a cana na mão) o pescador tem um tempo adicional de 15 minutos para o retirar da água. Se passados quinze minutos exactos, o peixe não se encontrar totalmente fora de água, o pescador após a captura, deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

§20. A montagem a utilizar, terá obrigatoriamente que ser do tipo “com cabelo”, equipada com anzol simples e deverá ser de tal forma que permita ao peixe libertar-se da chumbada em caso de ruptura da linha.

§21. O único meio admissível de propulsão da montagem é a cana de pesca. O único sentido admissível do lançamento é o perpendicular ao plano de água, não sendo admissíveis movimentos laterais.

§22. As chumbadas tem obrigatoriamente que ter um peso mínimo de 50 gramas e poderão ser colocadas dentro de sacos ou redes solúveis, mas não poderá ser amassado sobre as mesmas engodo ou qualquer tipo engodagem.

§23. O posicionamento das linhas de pesca deverá ser de forma a não ultrapassar as linhas que delimitam a zona de pesca de cada dupla.

§24. É permitido a utilização de sistemas de detecção de toque, do tipo “ecureil”, “monkey climber” e acústicos, luminosos ou electrónicos.

§25. Nas linhas de pesca, está interdita a utilização de flutuadores ou bóias.

§26. A utilização de eco sondas é interdita

§27. A captura de um peixe com o anzol acidentalmente cravado noutro local que não a boca, é considerada válida.

§28. A captura de um peixe com o anzol ostensivamente cravado noutro local que não a boca, é considerada inválida e o exemplar deverá imediatamente ser devolvido ao seu meio ambiente.

§29. É permitido a utilização de “back-leads”.

§30. É permitida a entrada na água até aos joelhos.

§31. O camaroeiro somente poderá ser utilizado pelos concorrentes.

§32. Não será permitido fazer incidir qualquer luz directamente para a água ou para os pesqueiros adjacentes.

§33. Não é permitido fazer fogueiras.

§34. É permitido ter luzes dentro das tendas desde que não incidam para dentro de água, salvo para auxiliar na introdução do peixe no interior do camaroeiro. As tendas tem obrigatoriamente que ser de cor discreta (verde escuro, khaki, castanho ou camuflada) e estar montadas dentro das boxes.

§35. Se o Júri suspeitar ou se lhe for denunciado, que esta a ser infringido o articulado num dos pontos §14., §16., §18., §19 e §25., deve imediatamente controlar a dupla em causa, não necessitando de esperar pelo fim da prova. Está vedado à dupla a ser controlada, alterar a composição da linha sobre a qual recaiam as suspeitas, antes de efectuado o controlo (cortar a linha, destruir a linha, etc.).

§36. Além do previsto no ponto §22., o Júri se assim o entender, poderá durante o decorrer da competição, por sorteio, verificar as canas em acção de pesca.

§37. É expressamente proibida a permanência de “ajudas”, para além das fitas ou outras marcas de delimitação da box, cabendo aos pescadores também zelar pelo cumprimento desta directriz.

§38. Qualquer peixe que invada o pesqueiro adjacente é válido. Peixe que prenda na linha de outro pescador é válido.

§39. Os pescadores devem prestar ao Júri, as informações e esclarecimentos que lhes forem solicitados.

§40. Salvo em caso de qualquer emergência ou razão não imputável ao pescador, no espaço de tempo compreendido entre as horas estipuladas no mapa regulador do campeonato previsto no Artº 1, como sendo a de concentração e de uma hora e meia após a hora de término, é terminantemente proibida a entrada dos pescadores dentro de água salvo o previsto no ponto §30., seja a título de recuperar equipamento, festejos, ou qualquer outra razão.

§41. No fim da competição a dupla ao abandonar o pesqueiro, tem obrigatoriamente que transportar consigo todo o lixo que tenha produzido, bem como a placa identificativa indicada no ponto §4. do ART 6 e as fitas delimitadoras.

§42. Sempre que o pesqueiro apresente um volume anormalmente elevado de ervas, dentro ou fora de água, é permitido à dupla cortá-las, mas somente até trinta minutos para o início da prova.

§43. O peixe só é válido se a chumbada permanecer presa á linha quando este for retirado da água.

§44. Se um pescador chegar após o início da prova ou substitua outro pescador por motivo de doença, este apenas poderá levar consigo para o interior da box, material de conforto (cama, vestuário e bens pessoais) e alimentação.

ARTº 16 – TEMPORAIS

§1. Se antes do início do período de preparação do material começar um temporal, o Júri atrasará o seu início com consequências no horário de toda a prova.

Único) Se decorridas três horas o Júri entender que não estão reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, adiará a mesma sendo esta marcada nos termos do ponto §3.

§2. Se durante o período de preparação do material e/ou da prova, começar um temporal, o Júri dará dois toques breves e consecutivos de aviso, sendo que passado um minuto, dará novamente dois toques interrompendo a preparação / prova, devendo os pescadores abandonar o pesqueiro de imediato.

a) Se a interrupção ocorrer durante a prova, após o início do 1º toque da efetivação da interrupção (segundo conjunto de dois toques), não é válido mais nenhum peixe, a não ser que já se encontre totalmente fora de água. Se este não se encontrar totalmente fora de água, o pescador deverá devolvê-lo de imediato ao seu meio ambiente.

b) Se no prazo máximo de 90 minutos o Júri considerar estarem reunidas as condições de segurança necessárias para a realização da prova, dará dois toques breves e consecutivos permitindo a entrada dos pescadores no pesqueiro.

1. Se a interrupção tiver ocorrido durante o período de preparação, os pescadores retomarão de imediato a sua ação, não contando o tempo de interrupção para a duração total do respetivo período.

2. Se a interrupção tiver ocorrido durante a prova, cinco minutos após a autorização de entrada no pesqueiro, será dado um toque que autoriza o início da ação de pesca, não contando o tempo de interrupção para o tempo de duração da prova.

Único) Durante estes cinco minutos os pescadores podem preparar todo o seu material e ou sondar, mas não podem engodar.

- c) Se após o reatar referido na alínea anterior, voltar a haver a necessidade de nova interrupção, agirá o Júri conforme aí estipulado.
 - 1. Não pode haver mais de duas interrupções.
 - 2. Se houver necessidade de uma terceira interrupção:
 - i. Se tiverem decorrido pelo menos dois terços da duração total da prova, a mesma será considerada como terminada.
 - ii. Se tiverem decorrido menos de dois terços da duração total da prova, a mesma será considerada inválida, sendo marcada uma nova prova em sua substituição nos termos do ponto §3.

§3. Se não for possível concluir uma prova, a mesma será marcada pelo Presidente da Área de Água Doce da Federação, devendo:

- a) Caso o mesmo local esteja livre e reúna as condições necessárias, será marcada para o fim de semana seguinte.
- b) Se no praxo referido na alínea anterior o mesmo local não estiver livre ou não reunir as condições necessárias, será marcada em local e data considerados por convenientes.

ARTº 17 – TRATAMENTO DAS CAPTURAS

§1. Cada dupla terá que ter obrigatoriamente no interior da box:

- a) Dez sacos de retenção em rede de tecido;
- b) Dois tapetes de recepção;
- c) Camaroeiro com uma abertura mínima de 70 centímetros.

§2. O uso do camaroeiro é obrigatório, não sendo permitido elevar ou arrastar peixes.

§3. Não é permitido o uso de camaroeiros de rede em monofilamento.

§4. É obrigatória a humedificação de sacos e tapetes antes de colocar neles qualquer peixe.

§5. A conservação dos peixes será obrigatoriamente feita nos sacos de retenção, devidamente imersos na água em todo o seu comprimento e sem objectos estranhos no seu interior, sendo de um o número de exemplares admissíveis em cada saco, exceto quando todos os sacos se encontrarem ocupados.

§6. Nenhum outro meio de conservação, dos exemplares capturados é permitido durante o período de competição.

ARTº 18 - PESAGEM

§1. O acto de pesagem dos exemplares válidos capturados, deve ser efectuado por uma equipa de dois elementos do Júri. Na impossibilidade por parte deste, tal procedimento na primeira pesagem, será assegurado por um elemento do Júri e por um dos pescadores da dupla situada no pesqueiro de número mais baixo dentro de cada sector ou por dois pescadores um de cada dupla situadas nos pesqueiros de número mais baixo dentro de cada sector. Na segunda pesagem se o Júri só por si não puder assegurar a mesma, será esta assegurada por um elemento do Júri e por um dos pescadores da dupla situada no segundo pesqueiro de número mais baixo dentro de cada sector ou por dois pescadores um de cada dupla situadas nos segundo e terceiros pesqueiros de número mais baixo dentro de cada sector e assim sucessivamente nas pesagens seguintes, rodando assim por todas as duplas podendo dar a "volta" de retorno à primeira situação. Um dos elementos procederá à pesagem e o outro tomará nota dos pesos nas respectivas fichas de pesagem. As fichas de pesagem têm que ser assinadas por um elemento da equipa a quem é pesado o peixe, por um elemento de uma equipa adjacente e por um elemento do júri. No caso de este não estar presente, pelo elemento da terceira equipa que efectua a pesagem. Todas as assinaturas têm que ser legíveis.

§2. A pesagem será efectuada utilizando balanças com uma gradação não superior a cinquenta gramas.

§3. Os arredondamentos serão sempre efectuados para a fracção superior.

§4. Serão efectuadas quatro pesagens diárias, respectivamente às 8.00 horas, às 12.00 horas, às 16.00 horas e uma hora antes de anoitecer.

§5. Não existem pesagens nocturnas.

§6. Pelo menos um dos pescadores da dupla deve assistir ao acto de pesagem para certificação do peso dos exemplares válidos capturados e assinar a respectiva ficha de pesagem, acto findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§7. Dupla que não tenha capturado nenhum exemplar válido, tem que apresentar a respectiva ficha de pesagem, onde deverá ser anotado “zero” ou “grade”, devendo em seguida um dos pescadores da dupla assiná-la, acto findo o qual, não haverá possibilidade de reclamação sobre a pesagem.

§8. Após a pesagem dos peixes, deverão os mesmos ser imediatamente devolvidos à água em boas condições de sobrevivência.

§9. Todas as duplas têm que se apresentar à equipa de pesagem, e entregar a totalidade dos exemplares válidos capturados, não se podendo recusar a tal. Dupla que por motivo de força maior necessite de se ausentar antes do término da competição, terá que informar o Júri, que pode ou não aceitar a justificação.

§10. Sempre que algum exemplar suscite dúvidas, o responsável pela pesagem deve:

- a) Se a duvida for quanto ao estado de conservação:
 - a) Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si e pelos dois pescadores que se encontrem mais próximos do pescador protestado;
 - b) Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 - c) Proceder à pesagem de todos os exemplares, excluindo o exemplar duvidoso;
 - d) Reter o exemplar duvidoso para ser presente e analisado em reunião de Júri;
 - e) Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.
- b) Se a duvida for relativa a um exemplar protestado por infracção ao mencionado nos pontos §20., §29. e §39. do ART15:
 - a) Mencionar o facto na ficha de pesagem, facto que deverá ser assinado por si pelo autor do protesto e por dois pescadores que não tenham qualquer afinidade familiar nem sejam do mesmo clube do protestante;
 - b) Proceder à pesagem de todos os exemplares, incluindo o exemplar duvidoso;
 - c) Pesagem do maior exemplar. Caso não exista um maior exemplar, visivelmente identificável, o responsável pela pesagem deverá escolher um de entre o lote dos maiores;
 - d) Prestar todos os esclarecimentos tidos como necessários pelo Júri.

ARTº 19 – PONTUAÇÃO

§ÚNICO. A cada grama de exemplares válidos pesados, corresponde um ponto.

ARTº 20 – CLASSIFICAÇÃO

§1. A classificação faz-se por sector e pelo maior peso de exemplares válidos capturados, sendo atribuído um ponto ao primeiro classificado, dois pontos ao segundo classificado e assim sucessivamente.

§2. Em caso de igualdade de peso, no mesmo sector, as duplas consideradas marcarão um número de pontos equivalente à média dos lugares que iriam ocupar.

EXEMPLO:

Dupla A	1,800	8º lugar
Dupla B	1,800	9º lugar
Dupla C	1,800	10º lugar
Total -		27 pontos

27 pontos a dividir por 3 duplas = 9 pontos

Portanto neste exemplo, a cada uma destas três duplas seriam atribuídos nove pontos.

§3. Às duplas sem exemplares válidos capturados (grade) serão atribuídos, um número de pontos equivalente ao valor médio dos lugares não atribuídos no mesmo sector.

EXEMPLO:

Num sector com oito duplas, cinco delas fizeram capturas ocupando os cinco primeiros lugares, as restantes, sexta a oitava não efetuaram qualquer captura válida, então teremos:

$$\frac{6+8}{2} = 7$$

Portanto neste exemplo, a cada dupla que não fez capturas, seriam atribuídos sete pontos.

§4. Sempre que existam sectores não homogêneos (um ou mais sectores com menor numero de duplas que outro(s)), no respeitante à classificação, o numero de duplas do menor sector, contará como o máximo de pontos a atribuir nos outros sectores.

EXEMPLO:

Sector A – 10 duplas
Sector B – 10 duplas
Sector C – 9 duplas

Às duplas classificadas em 10º dos sectores A e B, só serão atribuídos nove pontos.

§5. Sempre que numa prova existam sectores com grades, a pontuação máxima a atribuir, em todos os sectores, será igual à pontuação da menor grade.

EXEMPLO:

Sector A – 8 pescadores – 3 grades – pontuação dos pescadores com grade – 7 pontos
Sector B – 8 pescadores – 0 grades – pontuação dos pescadores com grade – não se aplica
Sector C – 8 pescadores – 5 grades – pontuação dos pescadores com grade – 6 pontos

Portanto neste exemplo:

- a) Às duplas classificadas em 5º dos sectores A e B (com exemplares válidos capturados), seriam atribuídos cinco pontos;
- b) Às duplas classificadas em 6º, 7º e 8º do Sector A (sem exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos (valor da grade não da sua zona, mas sim o valor da grade da zona C);
- c) Às duplas classificadas em 6º, 7º e 8º do Sector B (com exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos;
- d) Às duplas classificadas em 4º, 5º, 6º 7º e 8º do Sector C (sem exemplares válidos capturados), seriam atribuídos seis pontos (valor da grade da sua zona).

§6. À dupla que falte a uma prova será atribuída uma pontuação igual ao número de duplas presentes na maior zona até então, acrescido de uma unidade.

§7. A classificação final do Campeonato resultará do somatório das classificações obtidas na totalidade das provas, correspondendo o menor somatório à melhor classificação.

§8. Se no final do campeonato existirem pescadores com o mesmo número de pontos, o critério sequencial de desempate será:

- 1º Pela melhor classificação numa das provas e assim sucessivamente;
- 2º Pelo somatório do peso dos exemplares válidos capturados em todas as provas;
- 3º Pelo maior peso de exemplares válidos capturados em uma das provas e assim sucessivamente.

ARTº 21 – PENALIDADES

§1. Sempre que o Júri observe uma infracção ao regulamentado, deverá tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., avisar o infractor de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá de imediato advertir a dupla da mesma e registar o facto na ficha de pesagem do pescador ou em impresso próprio. Este registo deverá ser assinado por ambas as partes.

§2. Sempre que um pescador de uma dupla constate uma infracção ao regulamentado por parte de um adversário, deverá chamar o Júri para este tomar conta da ocorrência. Na ausência do Júri por perto, tratando-se de uma falta que dê origem ao estipulado no ponto §5., deverá advertir lealmente o infractor de modo a este não reincidir. No caso de se tratar de uma reincidência ou de uma falta punível pelo ponto §6., deverá apresentar ao Júri protesto por escrito, nos termos do preceituado no ARTº 20 do Regulamento Administrativo.

§3. As duplas que tenham sido protestadas, devem de imediato ser informadas de tal facto pelo Júri, já que tal como todos as duplas que tenham sido advertidos pelo Júri, deverão comparecer obrigatoriamente perante o Júri, de modo

a poder efectuar a sua defesa. A sua não comparência será tida como uma renúncia ao direito de defesa, assumindo a sua culpabilidade.

§4. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da falta à prova, as duplas que:
Único) Tenham confirmado a sua presença nos termos do ponto §3. do ARTº 9, e esta não se venha a confirmar.

§5. Incorrem na penalidade de cinco pontos a adicionar à pontuação da prova, as duplas que:

- a) Violam o preceituado no ponto §4. e §5 do ARTº 11;
- b) Violam o preceituado no ponto §5. do ARTº 12;
- c) Violam o preceituado no ponto §1., §8., e §9. do ARTº 13;
- d) Violam o preceituado nos pontos §7., §10., §14., §15., §19., §21., §22., §37., §39., §41., §42. e §44 do ARTº 15;
- e) Violam o preceituado no ponto §4. e §5. do ARTº 17;
- f) Violam o preceituado no ponto §6., §7., e §8. do ARTº 18;

§6. Incorrem na penalidade de desclassificação na prova as duplas que:

- a) Violam o preceituado no ponto §10. do ARTº 2;
- b) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 3;
- c) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 5;
- d) Violam o preceituado no ponto §UNICO. do ARTº 6;
- e) Violam o preceituado nos pontos §1., e §3. do ARTº 8;
- f) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 11;
- g) Violam o preceituado nos pontos §1., §3. e §4. do ARTº 12;
- h) Violam o preceituado nos pontos §3., §9., §10., §13., §14., §18., §19., §21., §24., §26., §27., §29., §32., §33., §34., §35., §40. e §41. do ARTº 14;
- i) Violam o preceituado no ponto §2. do ARTº 16;
- j) Violam o preceituado nos pontos §1., §2, §3 e §6. do ARTº 17;
- k) Violam o preceituado no ponto §9. do ARTº 18;
- l) Todas as duplas que durante o campeonato sejam reincidentes na infracção ao estipulado no ponto §5..

ARTº 22 – DOPING

§ÚNICO. Todos os pescadores participantes neste Campeonato, estão sujeitos a controlo Anti-Doping, à responsabilidade da ADoP.

ARTº 23 – RESOLUÇÃO DE CASOS OMISSOS

§ ÚNICO – Os casos omissos, serão resolvidos pontualmente, para cada caso concreto, por deliberação da Direcção da Federação Portuguesa de Pesca Desportiva, sob proposta do Vice-Presidente para a Área de Água Doce, com base nas regras da FIPS-ed, respeitando-se tal deliberação até à revisão do presente regulamento.

ARTº 24 – ENTRADA EM VIGOR DO PRESENTE REGULAMENTO

§ ÚNICO. O presente Regulamento entra em vigor no dia 01 de Janeiro de 2018, revogando todos os anteriores.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA
Regulamento Especifico do Campeonato Nacional de
Carpas – Água Doce – 2018

- As regras a fazer cumprir e a cumprir neste Campeonato são as do respetivo Regulamento Especifico.
- A inscrição para este Campeonato termina a: **16 de Fevereiro de 2018.**
- Pescador que se inscreva para competir em mais do que uma disciplina ficará sempre sujeito a poder ver datas de competição sobrepostas nesse ano ou em anos seguintes, sendo de sua responsabilidade optar pela disciplina a competir nas datas de sobreposição.
- A Direção da prova e sua organização é da responsabilidade da FPPD.
- Calendário do campeonato:

Prova	Data	Horas	Local Competição	Local Concentração
1ª Prova	16 a 19 Agosto	72	Barragem do Maranhão	Local da Prova
2ª Prova	18 a 21 Outubro	72	Barragem de Fronteira	Local da Prova
3ª Prova	15 a 18 Novembro	72	Barragem de Fronteira	Local da Prova

- Horário:

Designação	Dia do início da prova	Dia do fim da prova
Concentração	8h15	
Sorteio	8h30	
Entrada no pesqueiro	9h30	
Início da competição	12h00	
Aviso de que faltam 30 minutos		11h30
Final da competição		12h00

- Espécies pontuáveis:

São válidas todas as espécies de carpas, com o peso mínimo de 1,5 Kg inclusive, na balança da organização.

- Iscos e Engodos:

Não existe limitação de quantidade de iscos e engodos.

- Prémios e título:

No final do campeonato serão atribuídos prémios às três primeiras duplas classificadas.

À primeira dupla classificada será atribuído o título de Campeã Nacional de Carpas – Água Doce - 2018.

- Júri:

O Presidente do Júri será nomeado pelo Presidente do Conselho de Arbitragem da FPPD, não podendo participar nas competições que ajuíza.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE PESCA DESPORTIVA

DECLARAÇÃO

Campeonato Nacional de Carpas – Água Doce – 2018

(Terá que dar entrada na Associação Regional a que pertence o pescador, impreterivelmente até ao dia **09/02/2018**)

Eu, _____, pescador do Clube _____, e da Associação _____, com o nº de federado _____, licença nº _____ declaro fazer dupla com o pescador _____, do Clube _____, e da Associação _____, com o nº de federado _____, licença nº _____ e teremos com pescador suplente _____, do Clube _____, e da Associação _____, com o nº de federado _____, licença nº _____ declaramos estar interessados em participar no **Campeonato Nacional de Carpas – 2018**, tendo conhecimento e concordando com o Regulamento Especifico para este campeonato.

Contacto telefónico: _____ Email: _____
 _____, ____/____/____

Os pescadores

A Associação

Valor da Inscrição: 110,00€

Atestados Médicos:

De acordo com a Lei em vigor (Nº 1 do Artº 40º da Lei nº 5/2007 de 16 Janeiro), todos os praticantes desportivos têm de ter o seu atestado médico válido até ao fim da época desportiva. Caso algum praticante se coloque em situação de incumprimento até ao final da época desportiva, os seus resultados entretanto obtidos não serão homologados (sem interferência nas classificações dos outros participantes). Antes de cada prova será conferido se algum pescador viu caducada a validade do seu atestado médico e se houver alguém que não o tenha em dia, **caso ainda assim queira pescar, ficará a homologação do seu resultado condicionada a fazer prova no prazo de 48 horas em como já o tinha entregue antes do início da prova.**

Autorizamos a divulgação de fotografias capturadas no Campeonato Nacional, por parte da F.P.P.D., no seu site e Facebook oficiais. Sim: ☐ **Não:** ☐

Nota: Esta declaração com **todos os campos obrigatoriamente preenchidos e assinada**, terá que dar entrada na FPPD, enviada pela respetiva Associação Regional, impreterivelmente até ao dia **16/02/2018**.